



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Gabinete das Vereadoras e Veredor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

As Vereadoras e o Vereador que subscrevem na forma regimental, requerem informações a respeito da execução das metas relativas ao eixo 2 da PREVIDÊNCIA SOCIAL E SAÚDE previstas no II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. As informações solicitadas são relativas às perguntas que seguem:

1 - Por que não estão ocorrendo às formações continuadas junto às equipes técnicas multiprofissionais e gestoras de toda rede da previdência social, Trabalho e Emprego, contemplando os temas:

- Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção e atendimento das pessoas que buscam os serviços;
- Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração,
- Orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem;
- Violências contra a população LGBTI+ (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual);
- Violência doméstica e familiar contra a população LGBTI+;
- Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero;
- Direito previdenciários da população LGBT;
- Arranjos Familiares LGBT;?

2 - A promoção de palestras em órgãos públicos (escolas, universidades, unidades de formação, albergues) e privados sobre o Plano Simplificado de Previdência Social e direito previdenciário da população LGBTI+, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS está acontecendo? Em quais parâmetros?

3 - Existe consulta ao Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, instituída por meio da Lei Nº10. 018/2016, para elaboração de formação continuada proposta no II Plano Municipal LGBTI?

4 - Foi realizada a adequação dos cadastros/fichas/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento de toda rede da Previdência Social, Trabalho e Emprego do município com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento:





ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Gabinete das Vereadoras e Veredor

- Fichas de cadastramento de emprego;
- Fichas de inscrição em cursos profissionalizantes;
- Certificados;
- Crachá e outras formas de identificação;
- Contra cheque;
- Recibo de pagamentos;
- Ficha de frequência/ponto;
- Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos;
- Demais cadastros utilizados?

5- Há a necessidade de gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Identidade de Gênero e Orientação Sexual, para implementação de políticas de ações afirmativas nos setores públicos e privados, com o objetivo de inclusão da população LGBT no mercado de trabalho; como essa ação está sendo realizada?

6 - A produção junto aos movimentos sociais LGBT, de campanhas educativas e informativas sobre Previdência Social, Trabalho e Emprego, utilizando linguagens e formatos acessíveis, tendo em vista a adoção das terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016, para a elaboração das destas campanhas, está sendo realizada?

7 - Em relação ao item 2.2.4 do Plano LGBT municipal, como estão pensados os Incentivo e acolhimentos dos projetos de organizações da sociedade civil direcionados às temáticas: Previdência Social, Trabalho e Emprego para população LGBT?

8 - Como esta sendo realizada a divulgação junto à população LGBT dos direitos assegurados através da contribuição à Previdência Social, bem como o código de contribuinte nº 5.198 para uso das (os) profissionais do sexo, seguindo o Código Brasileiro de Ocupação?

9 - As divulgações de cursos profissionalizantes existentes e ofertas de estágio remunerado estão sendo realizadas de forma não sexista e discriminatória?

10 - A promoção de programas que visem o acesso ao primeiro emprego para jovens LGBT, foi feita?

11 - A promoção e garantia da inclusão da população de idosas lésbicas, gays, bissexuais, priorizando as pessoas travestis e transexuais aos programas específicos de empregos, está garantida nas ações realizadas





ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Gabinete das Vereadoras e Vereador

pelas secretarias responsáveis?

12 - Existe apoio à inclusão da juventude LGBT nos programas governamentais de capacitação para o trabalho?

13 - Qual o fomento para a implementação de política de reserva de vagas para a população travesti e transexuais, respeitando a proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de funcionários existentes na empresa na esfera pública?

JUSTIFICATIVA

O mês de junho é conhecido internacionalmente como o mês de celebração do orgulho LGBTI+. Entretanto, ainda são cotidianas as notícias de violências, desrespeito, negligências, omissões, abandono e diferentes processos de exclusão dos quais a população LGBT tem sido vítima. Em um grau ainda maior de descaso, crueldade e desumanidade os números de assassinatos apontam diariamente para a naturalização do extermínio dessa população.

No início deste mês, tivemos a notícia de um crime bárbaro de homofobia na cidade de Florianópolis. Um jovem de 22 anos foi violentado e torturado por três homens. Esse não foi um caso isolado. Florianópolis, que é conhecida como “Capital do turismo LGBTI+ no Brasil”, já foi palco de inúmeras agressões contra pessoas LGBTI+. Essas agressões acontecem nas ruas do centro, nos blocos de carnaval nos bairros, dentro de estabelecimentos comerciais e nas praias, em plena luz do dia, muitos deles apresentam requintes de crueldade como o caso da Jennifer, 38 anos, mulher trans que foi brutalmente assassinada em um canteiro de obras no norte da ilha; ou o caso de Alexandre, 32 anos, homem gay que foi encontrado morto, nu e amarrado sob as pontes de acesso à Ilha; assim como o caso do jovem de 22 anos, violentado com objetos, espancado, torturado e tatuado com dizeres homofóbicos, neste mês.

Esses casos que se tornaram notícia são a ponta de uma gigantesca estrutura de opressão e violência que pessoas Homossexuais, Bissexuais e Transexuais sofrem todos os dias nessa cidade. A violência não é só quando essas pessoas têm seus corpos agredidos, mas também quando são alvos de assédio, quando lhes são negado emprego, educação e moradia, quando são negadas o atendimento correto nos postos de saúde e nas repartições públicas. Tendo em vista as situações recorrentes de violência contra a população LGBTI+ em Florianópolis, e a incompatibilidade dessa realidade com o interesse governamental no potencial financeiro turístico proveniente da comunidade LGBTI+, torna-se imprescindível a realização continuada de ações de combate à violência LGBTIfóbica.

O II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT é um importante documento que reflete as necessidades da população LGBT de Florianópolis, traça redes de fortalecimento entre Estado e sociedade civil e ações estratégicas que fomentem as políticas públicas, por meio de um compromisso político com os direitos humanos e na luta contra todas as formas de opressão e discriminação.

A partir do engajamento coletivo para a construção e discussão deste plano é possível afirmar que o intenso ativismo dos movimentos sociais tem permitido avanços na garantia dos direitos humanos, gerando condições para a criação e implementação de propostas e políticas públicas voltadas à população LGBT.

Gabinete das Vereadoras e Vereador

Rua Anita Garibaldi, nº 35 - Centro - Florianópolis - SC

[depto.descricao]

Tag de Autenticação: a63ec4820aec3c143f6e740f3b3ad590

Autenticar em: <https://paperlessgov-editor.cmf.sc.gov.br/autenticar>





ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Gabinete das Vereadoras e Veredor

Também temos testemunhado nos últimos anos a mobilização e a atuação da sociedade civil, assim como a concretização de algumas ações que, gradativamente, vêm pautando e ampliando a atenção às pessoas LGBT.

O II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT foi elaborado pela Câmara Técnica de Elaboração, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, instituída pelo Decreto Municipal Nº 15.067, de 18 de agosto de 2015, sendo discutido e aprovado na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, realizada nos dias 23 e 24 de outubro de 2015, na cidade de Florianópolis. Revisado em julho de 2019 pela atual gestão do Conselho Municipal de Direitos LGBT com o objetivo de adequar e atualizar as políticas públicas de responsabilidade do município.

Apesar da assinatura do I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT e de ter sido instituído por meio do Decreto Nº 9998, de 21 de maio de 2012, ainda não dispomos de um levantamento, e consequentemente, não contamos com um sistema estatístico elaborado. Por conta disso, salientamos a importância da implementação das ações dos eixos deste II Plano de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT no município, não apenas para mapear e gerenciar dados, mas para que possamos identificar as vulnerabilidades e as potencialidades das pessoas LGBT de Florianópolis.

Florianópolis, 12 de julho de 2021.

CARLA AYRES

Vereadora PT

CINTIA MOURA MENDONÇA - COLETIVA BEM VIVER

Vereadora PSOL

MARCOS JOSÉ DE ABREU

Vereador PSOL

